

OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID – 19 NA CENA ARTÍSTICA E CULTURAL DE PALMAS - TOCANTINS

THE EFFECTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE ARTISTIC AND CULTURAL SCENE OF PALMAS – TOCANTINS

Ruiter Castro Lima **1**

Adriano Batista Castorino **2**

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk **3**

Resumo: O setor cultural foi um dos mais impactados durante a pandemia, posto que para produzir, acessar e divulgar atividades culturais sempre se pressupõe a interação entre pessoas. Com o objetivo de realizar uma reflexão sobre os efeitos que a pandemia de Covid-19 provocou no setor cultural do Tocantins e especialmente na cidade de Palmas realizamos uma análise das políticas públicas de cultura no enfrentamento da crise e as suas implicações para os artistas Palmenses. Constatamos diante das informações disponibilizadas na mídia sobre estas políticas que a sua implementação não atendeu as demandas, seja pela escassez de recursos ou mesmo pelos entraves de um governo no qual nenhuma importância foi dada as artes. Neste cenário se reafirma a premissa de que sem a arte como garantia da liberdade e interações, os tempos de isolamento provocado pela Covid-19, provocaram um tempo ainda mais sombrio na história dos homens.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Política Cultural. Cidade de Palmas.

Abstract: The cultural sector was one of the most impacted during the pandemic, since in order to produce, access and disseminate cultural activities, interaction between people is always assumed. With the aim of reflecting on the effects that the Covid-19 pandemic caused in the cultural sector of Tocantins and especially in the city of Palmas, we carried out an analysis of public cultural policies in facing the crisis and its implications for Palmenses artists. Based on the information available in the media about these policies, we found that their implementation did not meet the demands, whether due to the scarcity of resources or even the obstacles of a government in which no importance was given to the arts. In this scenario, the premise is reaffirmed that without art as a guarantee of freedom and interactions, the times of isolation caused by Covid-19, provoked an even darker time in human history.

Keywords: Covid - 19 Pandemic. Cultural Policy. City of Palmas.

-
- 1** Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (pela Faculdade JK), Pós-graduado em Docência do Ensino Superior (pelo UNITOP). Atualmente é programador visual na Universidade Federal do Tocantins - UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8986236400976912>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9042-1244>. E-mail: ruitercastro@gmail.com
 - 2** Graduação em Letras (UFG), Mestrado em Ciências do Ambiente (UFT), Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia (PUC - SP), Pós - Doutorado em Antropologia (UFSC), Professor na Universidade Federal do Tocantins/Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE/UFT. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7979-6694>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0574458524737559>. Email: adrianocastorino@mail.uft.edu.br.
 - 3** Graduada em Pedagogia (UFMT), Mestrado em Educação (UFPR), Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UNB), Pós-doutorado em Estudos de Gênero (UNAM-México). Professora Adjunto na Universidade do Estado de Mato Grosso. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6182-9582> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4455576585988698>. Email: rosane.rosa@unemat.br.

Introdução

“Um povo sem conhecimento, saliência de seu passado histórico, origem e cultura é como uma árvore sem raízes.”
(BOB MARLEY, 1981).

É com essa frase do Rei do Reggae Music, que vou começar esse relato sobre minha experiência como artista durante a pandemia de Covid-19 aqui em Palmas - TO. Essa experiência que em sendo minha, também é a narrativa de uma vivência coletiva pela qual, todos os artistas e não artistas, em algum grau, puderam experimentar, durante mais de dois anos em que estivemos todos à mercê de um vírus letal. Isso fez parte de um fenômeno mundial no qual a saúde foi ameaçada pela doença, entretanto no Brasil essa situação foi drasticamente agravada por um governo tão destrutivo quanto o vírus. É assim que a cultura no Brasil foi duplamente aviltada gerando prejuízos sem precedentes para o setor cultural.

Antes de aprofundar neste dilema, porém, precisamos meditar sobre a importância da Cultura para nossa sociedade, quais os reflexos desse investimento para o bem comum e para o cidadão em particular e o quanto esse reconhecimento está intimamente ligado à democracia e à liberdade.

A valorização da cultura é um tema recorrente em muitas campanhas políticas, porém pouco se efetiva em políticas públicas no Brasil. Tivemos alguns avanços significativos no passado recente, mas o déficit é notório neste momento porque passa o Brasil. O caminho é longo para que possamos, de fato, ser uma sociedade brasileira com a cultura em primeiro plano.

Para ilustrar a importância dessa área, é preciso pensar um pouco em duas questões: A quem interessa fomentar ou desmobilizar a cultura de um povo? Por que as grandes civilizações da história possuem uma cultura forte?

Primeiras Reflexões

É evidente que investir em Cultura é investir na força de um povo, o que torna tanto o investimento quanto o povo mais forte, isso significa dizer que o investimento cultural é a melhor estratégia para o fortalecimento das instituições sociais como um todo e também indica o amadurecimento da democracia.

No quesito dominação, não custa lembrar os movimentos nefastos de Joseph Goebbels - responsável pelo marketing do Nazismo, que com a tutela do Führer, transformou o projeto nazista em algo estético, subliminar e muito poderoso. Hitler era um devoto da ópera, sendo assim, achava que a arte seria pura, como se fosse uma leitura enviesada do que seriam os clássicos, assim como a raça ariana. A arte foi uma das principais estratégias de dominação, Hitler colocou os artistas para pintar uma temática que exaltava as glórias do exército, encheu as ruas de esculturas, bandeiras e estandartes, sempre com as cores e a tradicional suástica nazista. Esse projeto estético visava passar a imagem de referência de civilização e grandiosidade.

O mais incrível deste tenebroso discurso, o de uma arte limpa e pura, é que a limpeza étnica feita pelos Nazistas contra o povo Judeu, passava justamente por esse ideal de pureza, de uma arte ordenada e sem diversidade.

Mas o que há de comum entre o Nazismo e a situação dos artistas brasileiros neste atual momento da história? Basta que lembremos que recentemente tivemos um caso muito preocupante desse mesmo tipo de estética no governo brasileiro. Palavras do secretário de cultura do Governo Bolsonaro, Roberto Alvim, em um vídeo publicado na internet:

A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que

profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo; ou então não será nada. (ALVIM, 2020).

É nítida a semelhança do discurso de Alvim com o trecho de um discurso de Joseph Goebbels em 8 de maio de 1933, em Berlim: *“A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada”*. (MELO, 2020).

Essa semelhança não é por acaso e representa a forma mais nefasta de domínio das subjetividades: a negação da diversidade. Por isso, num país tão amplo e diverso como o Brasil, uma política de governo ou de estado, tentar propor um modelo de construção e disseminação da cultura como se fosse uma única possibilidade já demonstra o desprezo pela democracia e pelos valores republicanos do atual ocupante do cargo de presidente da república.

A cultura é por definição a manifestação das possibilidades humanas subjetivas. Por isso, quanto mais houver diversidade no fomento das políticas culturais, tanto mais haverá múltiplos formatos e propostas de intervenção cultural. Por isso, a cultura é um setor da vida pública que mais contribui para a libertação da opressão e do jugo dos que se impõem como detentores do capital. Saindo da Europa, vou citar um exemplo bem brasileiro. Paulo Freire é um dos intelectuais mais estudados no mundo e com sua pedagogia conseguiu revolucionar o ensino. A pedagogia freiriana propõe um novo modelo educacional onde a cultura é um dos pilares. Entender como o indivíduo se reconhece, como sujeito, e como esse sujeito se relaciona com o mundo. Uma abordagem crítica, prática, dialógica, criativa e realista. Sempre tendo em foco a sua cultura e a troca de saberes. O conhecimento é transmitido em via dupla com o foco no sujeito. Como podemos ver em um trecho do seu livro, *A Educação como prática da Liberdade*:

Não houvesse esta integração, que é uma nota de suas relações, e que se aperfeiçoa na medida em que a consciência se torna crítica, fosse ele apenas um ser da acomodação ou do ajustamento, e a História e a Cultura, domínios exclusivamente seus, não teriam sentido. Faltar-lhes-ia a marca da liberdade (FREIRE, 1967).

Essa prática cria uma cultura de conscientização e transforma a sociedade, fazendo com que a mesma seja plural, democrática e enraizada em sua cultura. Lamentavelmente, esse projeto foi interrompido pelo golpe de 1964 e pela consequente ditadura militar. Não é à toa que Paulo Freire é alvo de contínuos ataques das classes dominantes que temem que essa revolução seja colocada em prática em sua totalidade. Uma sociedade crítica e consciente de sua cultura pode enfrentar o domínio e a opressão com a leveza da resistência cultural e a insubordinação criativa dos lampejos poéticos nascidos da experiência viva de cada pessoa.

O (des)governo do vírus

Neste contexto, portanto, de um governo que flerta com a necropolítica nazifascista, eis que o mundo se depara com um desafio imenso: a Pandemia de Covid - 19. Essa pandemia traz para o Brasil o quase total aniquilamento do setor criativo, que foi o primeiro a sentir os efeitos danosos, pois é uma atividade que depende do contato com o público. Com o fechamento de todos os ambientes culturais, a renda caiu drasticamente e o artista precisou resistir e enfrentar uma tormenta que não bastasse a letalidade do vírus circulante, tem no governo mais uma força para exterminar o setor de arte e cultura.

Assim como as catástrofes naturais, as doenças são cíclicas e devemos sempre lembrar nosso passado e tirar o máximo de experiências para amenizar os efeitos danosos que chegarão. Isso significa dizer que a Pandemia de Covid - 19 não é de todo uma ação inesperada, havia fortes evidências de que um surto desta magnitude poderia ocorrer. Todavia, como a vida, inclusive em termos globais, é regida em termos de mercado, é possível que os estados e

economias mais fortes dentro desta lógica de mercado subestimaram a força da Covid - 19.

Durante a história da humanidade, nossos antepassados viveram momentos semelhantes aos que agora vivenciamos com a pandemia de Covid-19. Um vírus que se espalhou pelo mundo, matou milhões de pessoas e que destruiu economias. É o caso da Peste Negra - Europa no século 14, a Varíola - persistiu na humanidade por mais de 3 mil anos, a Cólera - primeira epidemia global e a Gripe Espanhola - 1918. Essa última, era uma doença com sintomas muitos semelhantes ao do coronavírus e chegou ao Brasil pelos portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Somando todas as mortes com essas doenças, chegaremos ao número surreal de mais de 500 milhões de pessoas. Uma perda significativa na população mundial.

Existem apenas especulações sobre a origem do SARS-CoV-2, responsável pela atual pandemia que devasta o mundo. O que se sabe, é que o vírus foi detectado pela primeira vez em 2019 na China, na cidade de Wuhan. Diferente das pandemias anteriores, o vírus se alastrou rapidamente pelos portos e aeroportos de todo o mundo. A Organização Mundial da Saúde - OMS, divulgou um relatório com mais de 120 páginas, em março de 2021, comunicando o seguinte: *“A tese mais aceita diz que o vírus passou do morcego para um mamífero intermediário, e dele para o ser humano. A transmissão de um morcego diretamente para um humano também foi apontada como uma hipótese possível e provável.”* (OMS, 2021).

O relatório ainda afirmou que a passagem do vírus para humanos por meio de produtos alimentícios é possível, porém uma hipótese remota. Já a possibilidade de o vírus ter escapado acidentalmente do Instituto de Virologia de Wuhan foi classificada como “extremamente improvável”.

Os dados da Covid-19 no Brasil são assustadores, ultrapassando o número inimaginável de 665 mil mortes até o momento de escrita deste texto, uma queda histórica do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego com estimativa de alcançar os 14% e a inflação de dois dígitos, acima dos 12%.

Diante de um desastre destas proporções é que se percebe como a gestão pública pode (ou não) ser efetiva. Como a importância do setor cultural é imensa em nossa economia, somente esse setor corresponde a 2,64% do PIB brasileiro, ficou evidente que o governo Brasileiro nem socorreu a cadeia produtiva da cultura, nem tampouco deu importância à vida das pessoas que fazem da cultura, do fazer artístico, o sustento de suas famílias.

Pandemia e a Cultura

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2022), mais de 900 mil trabalhadores do setor cultural foram afetados pela pandemia só em 2020. A crescente abertura de postos de empregos, constatada de 2018 a 2019, foi interrompida. Antes disso, de acordo com Brasil (2021) cerca de 5,5 milhões de pessoas estavam empregadas diretamente com atividades culturais.

Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas - FGV, realizada com esses profissionais, constatou que 88,6% afirmaram ter registrado queda de faturamento; 63,4% contaram que não é possível realizar atividades enquanto perdurarem as medidas que vetam o contato físico, 50% tiveram projetos suspensos e 42%, cancelados. Com relação à captação de recursos, 38% informaram ter perdido patrocínios obtidos antes do início da crise.

Mas o que o Governo Federal fez para amenizar todo esse processo? Rege nossa Constituição Federal que a cultura é um direito fundamental. Em seu artigo 215, isso fica bem claro. *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”* (BRASIL, 1988).

Para entender a inércia em ajudar a classe artística e o descumprimento constitucional por parte do governo federal, temos que salientar algumas ações anteriores. Michel Temer (2016-2018), tentou fundir o Ministério da Cultura (MinC) ao Ministério da Educação (MEC). Após forte pressão da classe artística, a decisão foi revertida em apenas nove dias. Entretanto, assim que tomou posse, o presidente Jair Bolsonaro tratou de extinguir o MinC. Isso aconteceu via medida provisória, em 2 de janeiro de 2019, seu segundo dia de mandato. Esse foi o cartão de visita do presidente e que

deixava claro suas intenções para a Cultura no Brasil. Segundo Caldas (2021) com a extinção do MinC o conjunto de competências e órgãos articulados e dinamizados pelo ministério foi, em parte, distribuído para outros ministérios, mas uma outra parte acabou mesmo deixando de existir. Assim o ministério, ou o que sobrou dele foi transformado numa Secretaria Especial de Cultura alocada dentro do Ministério do Turismo, na qual se estabeleceu com a função de assessorar o ministro do Turismo na formulação de políticas, programas, projetos e ações que promovam o turismo por meio da cultura.

Essa estratégia desmobilizava toda uma política que era desenvolvida por este ministério, criado no governo do presidente José Sarney, em 1985, e que teve seu auge na gestão do presidente Lula, com o ministro Gilberto Gil (2003-2008). De acordo com Prado (2022), o Ministro Gil deixou um enorme legado para a cultura brasileira, as principais políticas públicas de sua gestão foram: a criação do Programa de Desenvolvimento Econômico da Cultura (Prodec). O objetivo era difundir como política pública a economia da cultura, visando a geração de emprego e renda, na produção, comercialização e consumo de bens e serviços culturais e na centralidade do desenvolvimento econômico e social. Gil também criou o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o Programa de Desenvolvimento Econômico da Cultura (Prodec) e o Programa Cultura Viva. O Cultura Viva, (programa que fez parte por mais de 10 anos, atuando como agente cultural e professor de música, do ponto de cultura Tribo das Artes, em Taguatinga - DF), reconheceu e instituiu pontos de cultura em todo Brasil. Deu apoio às atividades e processos culturais já desenvolvidos nas mais diversas expressões artísticas, incluindo a área rural, as comunidades tradicionais e as periferias.

Já durante a Pandemia, com o fim do MinC, como esperar que o governo federal ousasse criar uma lei emergencial para ajudar os milhões de artistas desempregados? Mesmo na contramão do governo e da pandemia, somente a Lei Rouanet (lei que Bolsonaro insiste em deturpar, desconstruir e difamar) conseguiu captar 1,7 bilhões de reais em 2021. Infelizmente esse dinheiro não chega para todos os artistas, ficando concentrado em grandes artistas e patrocinadores. Mesmo com todas as críticas possíveis ao formato da Lei Rouanet, há avanços na geração de empregos e no retorno de impostos em ações culturais. A questão é democratizar esses recursos. Bolsonaro também tentou dar um duro golpe nesta lei.

O governo publicou uma instrução normativa sobre a Lei Federal de Incentivo à Cultura - antiga Rouanet, que causou tanta confusão que foi revista em seguida. Com a justificativa de democratizar e distribuir os recursos de patrocínio, a instrução reduzia de 60 milhões para 1 milhão de reais o teto de captação para projetos patrocinados. Para se ter ideia do impacto dessa alteração nos segmentos artísticos, a Revista Época citou um documento elaborado por trabalhadores do teatro musical no período, que estimava uma redução de 32% dos espetáculos do gênero no país. Isso para um setor que cresceu 1100% em 20 anos e que inclui em sua cadeia produtiva 68 segmentos da economia, gerando emprego e renda (SOUZA e BRANDÃO, 2021).

A Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020¹, mais conhecida como Lei Aldir Blanc, proposta pela deputada Benedita da Silva - PT, teve a finalidade de dar um suporte emergencial ao setor cultural afetado pelas medidas restritivas com o aporte de 3 bilhões de reais. Essa lei, vetada integralmente por Bolsonaro, teve que chegar ao Supremo Tribunal Federal, para ser efetivamente garantida. Somente em 17 de agosto de 2020 os valores foram disponibilizados aos estados, municípios e ao Distrito Federal.

Após um cadastro burocrático, via Plataforma +Brasil, os gestores de cada cidade tiveram

1 A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura — nomeada assim em homenagem ao compositor Aldir Blanc Mendes, que morreu em maio de 2020 em decorrência da covid-19 — foi aprovada no Senado em março deste ano. O texto foi relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). De autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e de outros cinco deputados, o texto estendia por cinco anos um benefício já previsto na Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei 14.017, de 2020). (SENADO NOTÍCIAS, 2022).

que manifestar o interesse em receber os recursos e aguardar mais 60 dias para conseguir ter acesso ao dinheiro público. Este cadastro, além de burocrático teve a sua divulgação em meios de comunicação que muitas vezes não está acessível a quem lê e menos ainda a quem não dispõe de acesso por não estar na capital onde o circula. O texto da jornalista Martins (2021) reafirma apenas em linhas gerais que o cadastro é obrigatório para ter acesso aos editais e no final do texto disponibiliza links de acesso, uma estratégia da informatização que normalmente só está disponível a quem tem acesso à tecnologia digital. Foi desta forma que no Brasil, assim como no Tocantins, cada gestor cultural escolheu suas regras e lançou seus editais regionais com o aval dos conselhos de cultura locais.

Em todo caso, como se percebe, a urgência em socorrer o setor cultural não foi nem encampado pelo governo federal nem tampouco pelos gestores estaduais ou municipais. Isso demonstra, de modo irrefutável, como a cultura ainda é percebida pela gestão pública como laser ou folclore.

No Tocantins, o edital de seleção foi publicado somente em novembro de 2020 e o pagamento aos premiados foi efetivado no dia 31 de dezembro do mesmo ano. O aporte financeiro foi de mais de 18,6 milhões de reais e atendeu menos de 400 projetos de diferentes vertentes da cultura, segundo a Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa do Estado do Tocantins (Adetuc). Embora tardia, a lei Aldir Blanc foi um marco no fomento da cultura no Tocantins. Como nada é perfeito na gestão pública, segundo o G1 Tocantins (2021), o Tocantins devolveu 1,2 milhões de reais para os cofres da união, mais de 300 projetos ficaram de fora e não conseguiram obter esse auxílio. A lista dos selecionados foi divulgada apenas dois dias antes de acabar o prazo para empenhar os projetos, deixando claro a desorganização e o descuido com o dinheiro público e com a classe artística.

A Adetuc alegou em nota oficial, que realizou todos os esforços possíveis para contemplar os artistas, mas que as regras do edital não poderiam aprovar projetos que não alcançassem a nota mínima. Nessa época, houve muita pressão por parte dos proponentes que ficaram na suplência e impedidos de usufruir do recurso, porém nada foi feito e o dinheiro não chegou nas mãos de todos os fazedores de arte do estado. Após essa pressão, apenas 15 suplentes tiveram seus projetos aprovados, mesmo assim, 6% do recurso original foi devolvido.

O formato do edital foi aprovado pelo Conselho de Cultura, onde teoricamente a classe artística deveria ser representada, trazia um documento excessivamente burocrático como se o pressuposto fosse de que todo e qualquer artística tivesse que provar que não era corrupto nem larápio. Essa noção que burocratiza tudo na gestão pública traduz o descaso que vem desde a política (ou da ausência de política) do governo federal até os gestores locais, que por sua vez, preferem a indiferença como modelo de gestão. Isso mostra uma falta de organização como classe e uma desarticulação para o bem comum. A minha visão justa em uma época tão difícil, seria que realizasse um mapeamento dos fazedores de arte de todo o estado e esse aporte fosse igualmente dividido. Como forma de prêmio, já que se tratava de uma ação emergencial e era de suma importância que ninguém ficasse de fora. Afinal, o trabalho do artista já vinha sendo realizado e foi interrompido. O dinheiro deveria chegar para recompor sua perda de renda anterior, não para financiar um novo trabalho. A burocracia de um edital favorece empresas e artistas que já possuem o fino trato de escrever um projeto dentro das regras vigentes.

Apenas em termos de exemplificação, dá para imaginar a dificuldade que uma quebradeira de coco do Bico do Papagaio tem para submeter um projeto cultural? Ou um artista ribeirinho, um quilombola? Ou um indígena dos mais variados Povos Indígenas do estado do Tocantins. As barreiras começam desde o acesso à internet, no domínio das tecnologias e nas normas cultas para formatar um documento, o conhecimento jurídico e o entendimento mínimo da gestão pública. Existem linhas específicas para esse público, mas forçar o artista a se converter em um burocrata, beira a tecnocracia indigente. Essa noção de inclusão a partir dos termos burocráticos, apenas cria a ilusão de ajuda, mas no limite continua a mesma tônica da política de cunho fascista, que aparentemente é pública, mas nega, por princípio, a participação popular.

Tão grave quanto artistas desamparados durante a pandemia, foi a situação de alguns poucos proponentes, munidos das artimanhas e se aproveitando das brechas do edital, concentraram grande parte dos recursos em poucas mãos. No Tocantins, uma só empresa conseguiu abocanhar mais de

1 milhão de reais. Várias denúncias foram feitas ao Ministério Público, mas lamentavelmente nada foi feito para dividir esses recursos. Esse é o tipo de resultado que a burocracia produz: concentra os recursos nas mãos de quem consegue destrinchar os meandros da linguagem legalista e artificial da burocracia reinante no serviço público.

Na cidade de Palmas - TO, conforme Curta Palmas (2021), a Fundação Cultural de Palmas (FCP) realizou o Cadastro de Profissionais e Organizações de Arte e Cultura do Município - Mapa Cultural. A ideia do Mapa Cultural advém da estratégia fomentada inicialmente pelo Instituto Tim e a Prefeitura de São Paulo.

Mapas Culturais é um software livre para mapeamento colaborativo e gestão da cultura que contribui tanto para qualificar a gestão pública, ao promover mais eficiência, quanto para a sua atualização frente às novas Tecnologias da Informação e Comunicação. O sistema é alimentado de duas formas: pelo poder público, que insere na plataforma informações sobre os espaços, eventos, agentes e projetos que são geridos ou organizados por ele; e por toda a sociedade, que pode se autodeclarar agente de cultura na plataforma e, com isso, também cadastrar seus espaços, eventos e projetos. Todas as informações são publicadas em tempo real, sem passar por moderação (INSTITUTO TIM, 2015, p. 4).

Esta ferramenta gratuita e permanente, garantiu o acesso às linhas de subsídio e fomento do setor cultural, pois o acesso aos recursos da lei Aldir Blanc seguiu esses moldes. Com a utilização deste modelo, conforme o Governo do Estado de Tocantins (2022), se tornaria mais fácil participar dos editais de fomento à cultura e também divulgar eventos, espaços ou projetos. Deste modo, ao partir do mapa cultural se considerou que haveria pelo menos uma possibilidade de maior participação do público alvo.

A primeira edição da Aldir Blanc, em 2020, no edital nº 018/FCP/2020, a Fundação repassou 630.369,60 mil reais, premiando 47 iniciativas culturais. Já o edital nº 017/FCP/2020 teve como foco um subsídio mensal para manutenção de organizações comunitárias e pequenas empresas. Recursos de 1,8 milhões de reais distribuídos em três parcelas de 3 mil ou de 6 mil reais, conforme cada situação do proponente. Foram credenciados os espaços culturais que comprovaram atuação de pelo menos um ano e que tenham interrompido as atividades durante o estado de calamidade pública. Para os profissionais atuantes, esses editais também previam o repasse, em caráter emergencial, de 03 parcelas de 600 reais. Na segunda edição, em 2021, foram 510 mil reais remanescentes da Lei Aldir Blanc. Conforme a FCP, via o edital nº 010/FCP/2021, foram contemplados 51 projetos, que receberam o valor de R\$ 10 mil cada, sendo 35 projetos inscritos por pessoa física e 16 projetos inscritos por pessoa jurídica.

Outras iniciativas de enfrentamento e auxílio emergencial foram criadas em Palmas pela FCP, foi o caso do “Palmas Curte Arte em Casa”. Esse projeto focou na realização de apresentações artísticas inéditas e online, produzidas da própria casa do artista, menos burocrático e célere. Na primeira edição, o edital 011/FCP/2020, contemplou 50 projetos. Já na segunda, o edital 005/FCP/2021, contemplou 110 projetos artísticos de conteúdo inédito para apresentações online. Em todos os dois casos, cada proponente recebeu um cachê de 2 mil reais.

Não diferente da situação estadual, a classe artística também questionou os critérios adotados pela Fundação Cultural de Palmas em seus editais. Prazos atropelados e a divulgação dos resultados não deram um feedback ao artista que não foi contemplado. O que saiu de errado? O que deveria melhorar para conseguir ser aprovado em um próximo edital? A transparência na divulgação dos critérios de avaliação precisa evoluir para além de números. Os governos deveriam criar iniciativas para capacitar os artistas para a escrita de projetos de captação de recursos destinados à cultura. Felizmente, alguns artistas fizeram seus projetos visando essa capacitação, eu mesmo participei de uma oficina que foi muito produtiva nesse quesito.

Considerações Finais

Diante deste cenário de retomada, depois da pandemia que ainda insiste em ameaçar a vida com as recorrentes mutações do vírus ao mesmo tempo em que se descobrem mais e mais formas de combate à doença, notamos que as consequências ainda provocam mazelas sociais em todos os setores. Mesmo diante de todas as iniciativas conquistadas pelo setor, em lutas constantes, ainda está longe de reparar e resolver os problemas que a pandemia de Covid-19 trouxe. Os impactos econômicos, educacionais, culturais e na vida humana, vão ecoar por décadas.

Na cultura observamos muitos prejuízos, pois muitos músicos venderam seus instrumentos, espaços culturais fecharam permanentemente suas portas, bares faliram, sem falar nos amigos e colegas de profissão que partiram deste plano e não teremos mais a possibilidade de estar com eles e suas obras.

O espectro da morte que rondava a saúde do corpo também dilacerava e depredava as condições econômicas dos artistas que acabaram sendo obrigados a montar um lava-jato em casa ou abrir um churrasquinho na rua na tentativa de sobreviver. No corpo que resistiu aos intermináveis dias de medo da covid-19 ou das consequências das muitas “intubações” nasceu uma depressão profunda; experiência da cruel e temível condição que isolava as pessoas e que espero nunca mais ter nessa vida.

Eu, felizmente, tenho um emprego fixo estável e consegui passar por essas turbulências financeiras de forma mais branda. Mesmo assim, tive uma perda significativa na renda por paralisar minhas apresentações musicais, aulas presenciais e o cancelamento de outros projetos culturais. Entretanto alguns artistas infelizmente não tiveram a mesma oportunidade, e assim tivemos algumas perdas irreparáveis para a cultura tocantinense nesse processo epidêmico. Conforme informado por França (2021) e Toledo (2021) artistas importantes como o precursor da viola de buriti, Maurício do Mumbuca, e o músico e jornalista, Nilo Alves, não resistiram e morreram em decorrência das complicações derivadas da Covid-19.

Como já dito, ainda estamos vivendo essa pandemia e teremos de arcar com as consequências trazidas pela mesma em função de um negacionismo cínico e irresponsável, de um governo que só complicou mais a situação. O setor cultural respira um pouco com a retomada das atividades presenciais e a vacinação de grande parte da população, foram fatores determinantes para o reavivamento econômico e mental dos artistas.

Mas o que esperar do futuro? A Cultura - direito constitucional - segue abandonada pelo governo federal e sofrendo duros golpes a cada novo dia. Vivemos tempos sombrios, como não lembrar da música Teatro dos Vampiros, da Legião Urbana. Recentemente, duas leis foram aprovadas nas casas do povo, que são a Câmara e o Senado Federal e vetadas integralmente pelo Jair Messias Bolsonaro. A Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo. Esse último foi um artista que virou um símbolo de luta contra a Covid-19 e um crítico aguerrido do atual governo. Infelizmente foi mais um que nos deixou por complicações dessa doença. Essas duas iniciativas visam garantir o fomento permanente de ações culturais no Brasil, gerando empregos e movimentando significativamente o PIB brasileiro. Espero que os fazedores de cultura consigam se restabelecer de fato e que em ano de eleição, a sociedade brasileira vote consciente. Uma mudança generalizada nas políticas públicas é latente e emergencial. Se quisermos ser uma grande nação, a Educação e a Cultura devem ser nossas prioridades.

Por isso, as ideias deste ensaio trazem a importância da cultura como atividade artística, mas também como ativo econômico. A cultura é o resultado da produção criativa, claro, mas é também emprego, renda, bem estar, auto estima. Por isso, o enfrentamento ao modelo de governo que agora ocupa o poder político no Brasil é uma tarefa profundamente civilizatória.

Um governo minimamente humano é um governo que entende que fazer cultura é fazer a alma de um povo ser tão forte quanto os braços deste mesmo povo que trabalha de sol a sol para sustentar a nação. Não há e nem haverá uma identidade cultural forte sem que esta mesma identidade seja valorizada nas mais diferentes formas e possibilidades.

Referências

BRASIL, Cristina Índio do. **Setor cultural ocupava, em 2020, 4,8 milhões de pessoas.** Agência Brasil, 08 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/setor-cultural-ocupava-em-2020-48-milhoes-de-pessoas#:~:text=Em%202020%2C%205%2C6%25,5%2C8%25%20do%20total>. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Art. 215. Art. 5º, XXVII e XXVIII. Artigos 5º, IX, e 215, §3º, II. Artigos 5º, LXXIII, e 215, §3º, inciso I. Art. 215, caput, § 1º, 2º, 3º, V, 242, § 1º. Art. 215, §3º, II e IV. Brasília, 1988.

CALDAS, Ana Carolina. **Gestão da cultura do governo Bolsonaro é considerada a pior das últimas décadas, dizem artistas.** Brasil de Fato, 30 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CURTA PALMAS. **Cadastro Cultural Lei Aldir Blanc.** Página inicial. Palmas, 2021. Disponível em: <https://www.curtapalmas.com/index.php/mapa-cultural>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRANÇA, Belém. **Músico e jornalista Nilo Alves morreu.** Jornal Opção, Palmas - TO, 12 de março de 2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/musico-e-jornalista-nilo-alves-morreu-de-covid-19-aos-63-anos-316917/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

G1 TOCANTINS. **Tocantins devolve R\$ 1,2 milhão da lei Aldir Blanc para a União e deixa mais de 300 artistas sem ajuda na pandemia.** 07 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/01/07/tocantins-devolve-r-15-milhao-da-lei-aldir-blanc-para-a-uniao-e-deixa-mais-de-300-artistas-sem-ajuda-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 14 mai. 2022.

INSTITUTO TIM. **Mapas Culturais.** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://institutotim.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual-operacional-Mapas-Culturais.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

IPEA. **Mais de 900 mil trabalhadores do setor cultural foram afetados pela pandemia em 2020.** Rio de Janeiro - RJ, 27 de janeiro de 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38887. Acesso em: 13 mai. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Mapa Cultural do Tocantins.** Palmas, 2022. Página inicial. Disponível em: <http://mapa.cultura.to.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MARTINS, Samara. **Artistas e trabalhadores de cultura devem efetivar Cadastro Cultural para participar de editais de fomento.** Prefeitura de Palmas, Palmas - TO, 14 de setembro de 2021. Disponível em: <https://surgiu.com.br/2021/09/14/artistas-e-trabalhadores-de-cultura-devem-efetivar-cadastro-cultural-para-participar-de-editais-de-fomento-em-palmas>. Acesso em: 11 mai. 2022.

MELO, Tarso de. **Alvim caiu, mas Goebbels não.** São Paulo: Revista Cult, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/roberto-alvim-goebbels/>. Acesso em 10 mai. 2022.

PRADO, Luiz. **Destruição da cultura no governo Bolsonaro é tema de livro.** Jornal da USP, 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/04/01/politica-e-cultura-no-governo-bolsonaro-quais-disputas-estao-em-xeque>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SENADO NOTÍCIAS. **Bolsonaro veta integralmente Lei Aldir Blanc 2, de apoio à cultura.** Brasília, 05 de maio de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/05/bolsonaro-veta-integralmente-lei-aldir-blanc-2-de-apoio-a-cultura>. Acesso em: 11 mai. 2022.

SOUZA, Isabela e BRANDÃO, Rebeca. **Política e cultura no governo Bolsonaro: quais disputas estão em xeque?** Fundação Heinrich Böll, 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/destruicao-da-cultura-no-governo-bolsonaro-e-tema-de-livro/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

TOLEDO, Cleber. **Precursor da viola de buriti, Maurício do Mumbuca falece vítima da Covid-19.** Coluna do CT, Palmas – TO, 04 de outubro de 2021. Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/viver-to/precursor-da-viola-de-buriti-mauricio-do-mumbuca-falece-vitima-da-covid-19/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Recebido em 31 de janeiro de 2022.

Aceito em 19 de dezembro de 2022.